

VIOLÊNCIA E MEMÓRIA: O TRÁFICO DE DROGAS E O ASSOCIATIVISMO NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO.

MARIO SERGIO BRUM

No mês de março de 2005 surgiu na imprensa notícias sobre a prisão de William de Oliveira, presidente da UPMMR (União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha), a principal associação de moradores da Rocinha, por estar envolvido com o tráfico de drogas.

Após um ano conturbado na favela, desde a tentativa de invasão da Rocinha na Sexta-feira Santa de 2004, por uma quadrilha rival dos “donos” da época, William se destacou na imprensa por ao mesmo tempo criticar arbitrariedades da polícia na favela e cobrar uma ação mais efetiva do Estado, tornando-se um importante interlocutor entre os vários atores sociais envolvidos com a questão da “segurança” na Rocinha, que alcançou grande repercussão pela notoriedade da favela, mas também por sua localização na Zona Sul do Rio e no principal corredor de acesso à Barra da Tijuca.

O caso de William de Oliveira remete às questões que procuraremos, obviamente sem a pretensão de as dar por encerradas, abordar neste trabalho. A principal delas é o quanto as associações de moradores de favelas estão “envolvidas” com o tráfico e quais as conseqüências deste envolvimento para o próprio movimento comunitário. O fato destes acontecimentos ainda estarem “frescos”, não impede de que o cientista social (seja ele sociólogo, cientista político, antropólogo, historiador, etc.) utilize as questões suscitadas por eles, visto que ocorrem em meio a um processo mais amplo, tanto em sua duração quanto em suas implicações para a sociedade como um todo, e para as favelas em particular.

Em inúmeras ocasiões, a favela para sobreviver teve de funcionar em uníssono: contra um senhorio que quisesse aumentar demasiadamente o aluguel; contra uma tentativa de remoção; para dotar a favela de água e luz, através de comissões ou ‘gatos’;

para trazer obras do Estado para a comunidade. Frente ao Estado que sempre destinou poucos recursos para estas áreas, a união e mobilização dos moradores eram o principal (ou mesmo o único) recurso que as favelas dispunham. Os esforços coletivos para que a favela continuasse a existir e/ou desfrutasse de uma infra-estrutura mínima os levou a se organizar em associações de moradores, canal com o qual se relacionavam com o Estado. Grande parte da mobilização dos favelados foi impulsionada, conforme vimos (nos primórdios), na resistência contra ações de despejo e pela desapropriação dos terrenos onde as favelas se localizavam

Assim, as associações de moradores foram fundamentais na luta para conquistar na sociedade (e nos órgãos de Estado) o reconhecimento do direito da favela a existir a partir do reconhecimento desta como a opção possível e legítima de moradia próxima ao mercado de trabalho. Tanto que um dos primeiros, senão o maior desafio das associações de moradores foi a batalha para inverter o valor da palavra favelado, ou seja, passá-lo de um termo pejorativo, como a sociedade o considerava, em algo positivo, digno, com direito a existir na cidade. Foram elas o instrumento de conscientização dos favelados, que assim, dialeticamente, se constituíam como uma categoria enquanto se mobilizavam. As associações de moradores deram organicidade aos favelados conscientizando-os na luta pelos seus direitos (inclusive a terem direitos), organizando os para resistir à uma tentativa de expulsão, realizando mutirões nas favelas para implantação de melhorias, ou reivindicando-as junto às agências do Estado.

Em suma, foi através das associações de moradores que os favelados conseguiram construir e inserir alguns de seus projetos, bem como alguns de seus representantes ou “aliados”, na sociedade política, como as agências do Estado ou os órgãos do poder legislativo. As associações de moradores das favelas, à diferença das associações do asfalto, desempenharam um papel preponderante na construção e consolidação de suas comunidades, assumindo ainda a responsabilidade pela

organização interna da favela. Em suma, por vários aspectos, elas se constituíram enquanto o poder de fato nas favelas.

A opção de trabalhar com a memória e a história oral na pesquisa que está sendo desenvolvida por esteⁱ se deve a busca de superar a dificuldade própria de um tema tão ‘delicado’ em vários aspectos como é a questão do tráfico. Para Pollakⁱⁱ a história oral nos fornece a possibilidade de obter um relato histórico que contemple todos os atores sociais. Assim, é através dos depoimentos de algumas lideranças faveladas que buscamos compreender como as transformações ocorridas nas favelas foram vivenciadas pelo movimento comunitário e quais foram os entendimentos e ações que estas lideranças tiveram frente à estas transformações ocorridas nas décadas de 1980 e 1990.ⁱⁱⁱ

Ao fim da década de 1980, muitos dos problemas que existiam até o começo da década já haviam sido minimamente resolvidos pela atuação do Estado em muitas favelas. Problemas como a permanência no local (ainda que a propriedade do terreno não), algumas obras de infra-estrutura e oferta de serviços. Pode se falar que houve então, um certo deslocamento das reivindicações coletivas de ações que atenderiam a favela como um todo de maneira impessoal por ações que, ainda que sejam benéficas à favela como um todo (programas como o Favela Bairro, Garis Comunitários, ou mesmo um posto médico) o mais importante para a favela, na conjuntura de ‘crise permanente’ e desemprego que falamos anteriormente, são os empregos que elas geram, que em última instância, são um benefício pessoal. O emprego passa a ser a principal moeda de troca entre o líder comunitário e a comunidade. Sendo ele um benefício restrito, cria a possibilidade dos diretores da associação de moradores basearem suas trajetórias políticas em relações pessoais com os contratados e suas famílias, tornando o clientelismo uma prática comum nas associações.

Estas ações se caracterizaram também por terem sido baseadas em novas formas de relação entre as associações de moradores com o Estado. Por exemplo, com as

associações assumindo o papel de executoras de ações e programas do Estado. Hoje diversos programas da prefeitura e do governo do Estado têm a associação como gestor, recebendo recursos do Estado para que estas ações. Na bibliografia referente ao tema *favela*, são comuns os depoimentos de lideranças que possuem a visão da associação ser algo como uma ‘mini-prefeitura’.^{iv}

Devemos ter em conta que os recursos do Estado são limitados, e as ações não chegam a todas as favelas de uma só vez, alguns critérios têm de ser levado em conta pelos governos para definir quais serão as favelas beneficiadas, entre eles o político. As associações de moradores passaram a privilegiar a construção das relações com políticos e com a autoridade executiva do momento. Sendo então do interesse das lideranças em cujas comunidades conseguiram a realização de obras (e os recursos financeiros, e os empregos) que permaneça à frente do executivo aquele com o qual a relação já está construída. Vale dizer que este tipo de concepção não era nova no movimento comunitário, a novidade reside no fato que a partir de uma maior inversão de recursos por parte do Estado e das novas formas de relação instituídas (inclusive com a ida de muitas lideranças para os quadros do Estado), criou-se um campo fértil para que ela vigorasse, baseando-se ainda na desmobilização dos moradores ocorrida em muitas comunidades.

Pelas novas formas de relação do Estado com as favelas (e suas organizações) que se aprofundaram nas décadas anos 1980 e 1990, a participação ativa dos moradores na vida organizativa da associação (em assembléias, por exemplo) se tornou dispensável para o seu funcionamento. Até porque pelas relações clientelistas desta com políticos e autoridades do Estado, se tornou mais importante o tamanho da clientela a ser atendida pela associação, pelo que representará em votos posteriormente, do que o número de pessoas que esta organiza. As associações se burocratizaram: recebem verbas, atendem moradores, remuneram seus diretores e funcionários... um dos efeitos imediatos disso é o ‘personalismo’ e ‘caciquismo’ que existem em várias associações, com o presidente desta

encarnando em si tudo que se refere à associação, e também centralizando em si todas as decisões. As conquistas passam a se dever mais pelos relacionamentos que determinada liderança possui, ou também como fruto da ação de um político, do que pela luta e mobilização da comunidade. Assim, uma melhoria na comunidade é concebida como tendo sido conseguida graças à ‘fulano’ ou ao político ‘tal’, de modo que ocorre a desmobilização da comunidade, que passa a depender destes ‘salvadores’ ao invés de funcionar como um coletivo. A comunidade então, não percebe suas organizações como um espaço democrático.

Nossa hipótese é de que o tráfico de drogas nada mais fez do que aproveitar diversas práticas já existentes nas favelas: como o personalismo, a relação de clientelismo com a comunidade, o papel de organização interna da favela; conjugando-as logicamente, com modos de operar próprios de uma atividade criminosa, no caso a manutenção do *status quo* (da favela) pela violência (que no fundo, também não chega a ser tanto uma novidade). Da mesma forma que o jogo do bicho anteriormente, o tráfico se apropriou de redes já existentes de relações de trocas de benefícios e favores por ‘apoio’ a consolidação de um grupo no poder.

As quadrilhas de traficantes do varejo se consolidam a partir da conquista de um mercado onde possa vender a droga, no caso das favelas cariocas, a geografia se torna um fator favorável às quadrilhas tanto pela proximidade com bairros de maior poder aquisitivo quanto à própria morfologia espacial auxilia para a “invisibilidade” quando necessária (para esconder armas e drogas ou no caso de fuga). Os riscos da atividade própria do tráfico, que implica em disputas com quadrilhas rivais pelo território bem como a repressão da polícia às suas atividades implica no controle da favela por parte das quadrilhas como forma de transformá-las num território homogêneo, que não torne possível a presença de possíveis inimigos^v ou que isso ocorra sem o conhecimento do

tráfico. O tráfico necessita na sua atividade exercer o domínio total do território em que atua.

Uma das maneiras que o tráfico encontrou para fazer isto é baseado em suas relações diádicas^{vi} onde os membros das quadrilhas aproveitam suas relações pessoais para possíveis apoios quando necessário. Deve se considerar que não há puramente um cálculo racional nesta relação, sendo muitas vezes relações constituídas pelos traficantes desde a infância, e que buscam legitimidade do seu poder através de auxílios à população. Vale dizer que muitas vezes a comunidade também acolhe os traficantes pelos benefícios que estes trazem. O primeiro deles é que em muitas comunidades os traficantes trouxeram “ordem” ao local, principalmente no que se refere à repressão a roubos, assaltos ou estupros nas favelas, práticas coibidas pelas quadrilhas. O segundo deles são os recursos que o tráfico acaba disponibilizando na favela, além da contratação de mão-de-obra que garante a renda de muitas famílias (mesmo que os pais condenem a opção dos filhos) ou a contratação de serviços, como a venda de quentinhas para a quadrilha. Sendo assim, é muito difícil estabelecer o que é convivência da população da favela com o tráfico. Além dos laços familiares, de amizade e até comerciais, o tráfico impõe respeito e inspira medo, tornando-se necessário haver uma boa convivência dos demais moradores com os traficantes.

A associação de moradores também por ter passado a dispor de recursos diversos (como cestas básicas, facilidades no caso de ser necessário recorrer a algum órgão público e principalmente, empregos) sofisticou as relações diádicas com a população da favela, podendo atingir uma clientela maior e de modo mais organizado. Assim, além do controle do território pelo uso da violência, o tráfico viu nas associações de moradores um meio de manter uma relação institucional com os demais atores sociais. Até por que, quando na expansão da década de 1980, o tráfico se torna um poder de fato nas favelas (e atrai a atenção da sociedade), paradoxalmente se torna necessário estar menos

visível. E o uso deste poder significa inclusive ter inserção mesmo na esfera institucional, como um meio de influência, que sirva a sua própria reprodução enquanto poder local, ou como proteção a sua atividade criminosa. Uma forma desta inserção é o apoio do tráfico (inclusive financeiro) a candidatos através da associação, na face mais visível, mas também com a proibição de campanhas de outros candidatos através do recurso à intimidação.

Assim a associação de moradores se revelou o instrumento de mediação do tráfico, estabelecido como poder central na favela, com os demais poderes e mesmo com a população. É através das associações de moradores que o tráfico e os demais agentes apresentam reivindicações, mandam “recados”, buscam estabelecer um mínimo de convivência. Não podemos esquecer que há graduações no grau de controle que as quadrilhas exercem sobre as associações de moradores. Em outras palavras, quanta autonomia elas preservam? Ao mesmo tempo em que há associações que preservam uma certa distância dos traficantes limitando-se a uma “convivência forçada” entre estes e as lideranças, há outras associações que os diretores foram apoiados ou até impostos pelo tráfico. De qualquer forma, o espaço de autonomia das associações é bastante reduzido^{vii}.

Finalizando, queremos deixar claro que o objetivo deste trabalho não foi realizar a investigação sobre a culpabilidade ou não do presidente da UPMMR, William de Oliveira. Mas tentamos analisar o contexto histórico no qual se dá o caso, que é o papel de mediação que as associações de moradores passaram a desempenhar. Devemos considerar que esta foi uma atribuição surgida não só a partir do tráfico, mas das próprias autoridades do Estado, que recorrem a estas quando querem dialogar com o poder central da favela sem legitimá-lo, no entanto (e também sem se comprometerem).

A despeito de qual tenha sido o papel de William, as declarações das autoridades e mesmo a maneira de como o noticiário foi dado na imprensa reforçam a lógica

maniqueísta, imputando às favelas a maior responsabilidade pelo tráfico de drogas. William não é a única liderança comunitária que, por coincidência ou não, possui relações com amplos setores da sociedade, questionando inclusive a forma de atuação das autoridades nas favelas. Algo cada vez mais difícil no movimento comunitário atual.

O tráfico, de diversas maneiras, parece desvendar, não só às favelas, mas à própria sociedade quais são os limites e os desafios da nossa democracia e da construção da cidadania no Brasil. Como qual a possibilidade de nossas instituições (re?)conquistarem a legitimidade perante todas as parcelas da sociedade. É possível construir a cidadania, que acima de tudo quer dizer a inclusão, a percepção de igualdade em direitos, numa conjuntura onde as desigualdades econômicas apontam em direção contrária? Que joga parte da população em áreas dominadas pela violência enquanto outra parte se refugia como pode em condomínios fechados ou atrás de muros, grades e carros blindados.

ⁱ Das Associações de Moradores às ONGs. Trajetórias de lideranças comunitárias de favelas do Rio de Janeiro. PPGH / UFF, iniciada em 2004. Vale ressaltar que os depoimentos a serem utilizados na pesquisa ainda estão sendo recolhidos e analisados, o que não possibilitou a utilização destes no presente trabalho.

ⁱⁱ Michael Pollack. *Memória, Esquecimento, Silêncio.* In: Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, pp. 3-15, Rio de Janeiro, 1989.

ⁱⁱⁱ Vale dizer que nosso objetivo principal não é explicar e/ou descrever o tráfico, até por se tratar de um tema obscuro. Nosso objetivo é somente analisar como o tráfico se constitui no discurso de várias lideranças como um elemento de ruptura entre épocas distintas do movimento comunitário. Ao analisarmos as implicações do tráfico com o movimento comunitário não nos preocupamos excessivamente com o que realmente se constitui como um *fato* e o que seriam *representações*. Concordamos com Alessandro Portelli [*O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum.* In Marieta de Moraes Ferreira & Janaína Amado(coords). *Usos e Abusos da História Oral*- 5 ed.- Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2002], segundo o qual: “*Representações e fatos não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações...*”

^{iv} Marcelo Baumann Burgos (org.). A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca. PUC-Rio / Loyola, Rio de Janeiro, 2002; Mario Grynspan & Dulce Pandolfi. Poder público e favelas: uma relação delicada In: Lúcia Lippi Oliveira (org.) *Cidade: História e Desafios.* Editora FGV, Rio de Janeiro, 2002; Anazir Maria de Oliveira et alli. Favelas e organizações comunitárias. Ed. Vozes, Petrópolis, 1993; entre outros.

^v As implicações culturais disto também são fortes. Através de diversos rituais e símbolos, o tráfico tenta reforçar a identificação da comunidade com o dono do morro, com a quadrilha ou com o comando do qual a quadrilha dominante faz parte, principalmente entre os mais jovens, que cantam os funks “proibidões” ou fazem referências constantes às siglas (CV, TC) destes comandos.

^{vi} Marcos Alvito “As cores de Acari – Uma favela carioca”. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2001.

^{vii} Como demonstrou levantamento feito pela Comissão contra a Violência e a Impunidade da Alerj, que em 2002 apurou que mais de 100 líderes comunitários foram mortos ou tiveram que deixar a favela por causa do tráfico. (*Favela partida*, O Globo – 08/07/2002).